

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcações ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CBIAIAAA

1 No pensamento filosófico da Antiguidade, a dignidade
(*dignitas*) da pessoa humana era alcançada pela posição social
ocupada pelo indivíduo, bem como pelo grau de
4 reconhecimento dos demais membros da comunidade. A partir
disso, poder-se-ia falar em uma quantificação (hierarquia) da
dignidade, o que permitia admitir a existência de pessoas mais
7 dignas ou menos dignas.

Frise-se que foi a partir das formulações de Cícero que
a compreensão de dignidade ficou desvinculada da posição
10 social. O filósofo conferiu à dignidade da pessoa humana um
sentido mais amplo ligado à natureza humana: todos estão
sujeitos às mesmas leis da natureza, que proíbem que uns
13 prejudiquem aos outros.

No círculo de pensamento jusnaturalista dos séculos
XVII e XVIII, a concepção da dignidade da pessoa humana
16 passa por um procedimento de racionalização e secularização,
mantendo-se, porém, a noção básica da igualdade de todos os
homens em dignidade e liberdade. Nesse período, destaca-se a
19 concepção de Emmanuel Kant de que a autonomia ética do ser
humano é o fundamento da dignidade do homem. Incensurável
é a permanência da concepção kantiana no sentido de que a
22 dignidade da pessoa humana repudia toda e qualquer espécie
de coisificação e instrumentalização do ser humano.

Antonio da Rocha Lourenço Neto. **Direito e humanismo**: visão filosófica, literária e histórica. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2013, p. 148-9 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CBIAIAAA, julgue os próximos itens.

- 1 Seria mantido o sentido do texto caso o trecho “que proíbem que uns prejudiquem aos outros” (l. 12 e 13) fosse reescrito da seguinte forma: o que impossibilita que uns e outros se prejudiquem.
- 2 No terceiro parágrafo, com o emprego de “porém” (l. 17), o autor expressa uma oposição entre a ideia de “racionalização e secularização” (l. 16) do conceito de dignidade humana e a manutenção da “igualdade de todos os homens em dignidade e liberdade” (l. 17 e 18).
- 3 No primeiro parágrafo, os parênteses foram empregados para isolar palavras cuja função é explicar o sentido do elemento que imediatamente lhes antecede.
- 4 Seria mantida a coerência do texto se o trecho “a partir das” (l. 8) fosse substituído ou por **com base nas** ou por **desde as**, embora essas duas expressões tenham sentidos distintos.

Texto CBIAIBBB

1 O conceito de direitos humanos assenta em um bem
conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente
ocidentais: existe uma natureza humana universal que pode ser
4 conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente
diferente e superior à restante realidade; o indivíduo possui
uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida
7 da sociedade ou do Estado; a autonomia do indivíduo exige
que a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica,
como soma de indivíduos livres. Uma vez que todos esses
10 pressupostos são claramente ocidentais e facilmente
distinguíveis de outras concepções de dignidade humana em
outras culturas, teremos de perguntar por que motivo a questão
13 da universalidade dos direitos humanos se tornou tão
acesadamente debatida.

Boaventura de Sousa Santos. **Por uma concepção multicultural dos direitos humanos**. Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

Acerca do texto CBIAIBBB e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.

- 5 Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o último período poderia ser reescrito da seguinte forma: Considerando esses pressupostos como obviamente ligados a noção ocidental de dignidade humana, que se diferencia das de outras culturas, a pergunta a ser feita é: porque a universalidade dos direitos humanos é uma questão que tornou-se tão inflamadamente debatida?
- 6 O texto é essencialmente dissertativo-argumentativo e nele o autor expressa sua opinião a respeito do assunto tratado.

Texto CBIAICCC

As audiências de segunda a sexta-feira muitas vezes revelaram o lado mais sórdido da natureza humana. Eram relatos de sofrimento, dor, angústia que se transportavam da cadeira das vítimas, testemunhas e réus para minha cadeira de juíza. A toga não me blindou daqueles relatos sofridos, aflitos. As angústias dos que se sentavam à minha frente, por diversas vezes, me escoltaram até minha casa e passaram a ser companheiras de noites de insônia. Não havia outra solução a não ser escrever. Era preciso colocar no papel e compartilhar a dor daquelas pessoas que, mesmo ao fim do processo e com a sentença prolatada, não me deixavam esquecê-las.

Foram horas, dias, meses, anos de oitivas de mães, filhas, esposas, namoradas, companheiras, todas tendo em comum a violência no corpo e na alma sofrida dentro de casa. O lar, que deveria ser o lugar mais seguro para essas mulheres, havia se transformado no pior dos mundos.

Quando finalmente chegavam ao Judiciário e se sentavam à minha frente, os relatos se transformavam em desabafos de uma vida inteira. Era preciso explicar, justificar e muitas vezes se culpar por terem sido agredidas. A culpa por ter sido vítima, a culpa por ter permitido, a culpa por não ter sido boa o suficiente, a culpa por não ter conseguido manter a família. Sempre a culpa.

Aquelas mulheres chegavam à Justiça buscando uma força externa como se somente nós, juízes, promotores e advogados, pudéssemos não apenas cessar aquele ciclo de violência, mas também lhes dar voz para reagir àquela violência invisível.

Rejane Jungbluth Suxberger. *Invisíveis Marias: histórias além das quatro paredes*. Brasília: Trampolim, 2018 (com adaptações).

Com base no texto CBIAICCC, escrito por uma juíza acerca de casos de violência doméstica, julgue os itens a seguir.

- 7 A alteração da forma verbal “deixavam” (l.11) para o singular — **deixava** — não comprometeria a correção gramatical do período em que tal forma aparece, mas modificaria seu sentido original.
- 8 Infere-se do primeiro parágrafo que, para a autora, escrever foi uma espécie de processo terapêutico.
- 9 No terceiro parágrafo, fica clara a importância da linguagem nas audiências judiciais, momento em que as vítimas têm a oportunidade de desabafar, e os juízes, como a autora do texto, de lhes explicar o trâmite da ação.
- 10 O trecho “juízes, promotores e advogados” (l. 25 e 26) explica o sentido de “nós” (l.25).

Superior Tribunal de Justiça

XXXX n.º 7789/GP

Brasília, 9 de setembro de 2017.

A Vossa Excelência o Senhor
Desembargador AAAAA
Presidente do
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Assunto: Encerramento de período de cessão de servidores

Excelentíssimo Presidente,

1. Em alusão à solicitação de prorrogação de cessão de servidores, cumpro-me informar a Vossa Excelência que o art. 18 da Resolução STJ/GP n.º 334, de maio de 2016, estabelece que as cessões desta Corte devem ater-se ao período de 90 dias.
2. Diante disso, indeferi a solicitação de prorrogação de prazo de cessão de Fulano e Beltrano, que devem, findo o período estipulado, retornar a suas atividades nesta Corte.

Respeitosamente,

Ministro BBBBB
Presidente

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente hipotético, julgue os itens a seguir, acerca de aspectos da redação oficial.

- 11 O fecho empregado na comunicação em apreço está correto, uma vez que, no caso, os interlocutores são ocupantes de cargos de igual hierarquia.
- 12 Haja vista os órgãos interlocutores da comunicação, o expediente apresentado é um ofício.
- 13 O emprego de Vossa Excelência no campo de indicação do destinatário é considerado inadequado.
- 14 De acordo com as recomendações pertinentes ao emprego de vocativos em correspondências oficiais, o vocativo Excelentíssimo Presidente está incorreto, razão por que deveria ser substituído por Excelentíssimo Senhor Presidente.
- 15 O uso da primeira pessoa no expediente hipotético apresentado não viola a recomendação de impessoalidade da linguagem em comunicações oficiais.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem, tendo como referência a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- 16 É vedado ao legislador editar lei em que se exija o pagamento de custas processuais para a impetração de *habeas corpus*.
- 17 O rol dos direitos fundamentais previsto na Constituição Federal de 1988 é taxativo, isto é, o Brasil adota um sistema fechado de direitos fundamentais.
- 18 Lei federal que previr o oferecimento, em escolas públicas, de ensino religioso de natureza confessional ferirá o princípio da laicidade do Estado.
- 19 O racismo estrutural gera desigualdade material profunda entre os candidatos inscritos em concurso público, razão pela qual é constitucional assegurar vantagens competitivas aos que se autodeclararem negros.
- 20 O princípio da vedação ao anonimato impede que o Ministério Público, em regra, acolha delação apócrifa como fundamento para a instauração de procedimento criminal.

Com base nas disposições do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 21 O presidente e o vice-presidente do STJ integram somente o Plenário e a Corte Especial do tribunal. Ao concluir seus mandatos, no biênio subsequente ao término, é vedado ao vice-presidente ocupar o cargo de presidente do tribunal, devendo ambos retornar às turmas que ocupavam anteriormente.
- 22 Nas férias coletivas do STJ, as atividades judicantes são suspensas, mas podem ser decididos pedidos de liminares em mandado de segurança.
- 23 Assessor de gabinete de ministro do STJ, que seja bacharel em direito, poderá ocupar cargo no quadro de pessoal da Secretaria do tribunal.
- 24 Caso o presidente do STJ profira decisão que seja objeto de agravo, ele será o relator do recurso.
- 25 Os atos do Conselho da Justiça Federal são irrecorríveis administrativamente, porém as decisões desse órgão podem ser objeto de recurso para o presidente do STJ.

De acordo com os conceitos, valores e princípios éticos e morais, bem como com as disposições da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- 26 A ideia de probidade administrativa equivale à de moralidade, na medida em que ambas se relacionam à honestidade na administração pública, sendo, por isso, exigidas do agente público a observância dos princípios éticos e a consciência dos valores morais.
- 27 A ética caracteriza-se por ser normativa dentro do grupo social em que ela é observada, na medida em que norteia a conduta do ser humano; entretanto, ela varia de uma sociedade para outra, considerando-se o relativismo cultural.
- 28 O agente público que aceitar emprego para assessorar pessoa física que possa ser favorecida pelas atribuições da função pública desse agente não praticará ato de improbidade administrativa, contanto que, no exercício de suas funções, prime pelo princípio da impessoalidade, não permitindo que sua relação empregatícia influencie em sua função pública.
- 29 O agente público competente que deixar de proporcionar condições de acessibilidade a servidor público cego, deixando-o sem condições de realizar sua função pública, atentarà contra o princípio da legalidade, constituindo tal conduta ato de improbidade administrativa, sem prejuízo das demais responsabilidades.
- 30 O agente público que facilitar a incorporação de verba integrante do acervo patrimonial da União ao patrimônio de pessoa física, ainda que aja de boa-fé e sem dolo ou culpa, praticará ato de improbidade administrativa, submetendo-se às sanções previstas em lei.

Tendo em vista as disposições constitucionais e legais acerca de meio ambiente e política de sustentabilidade, julgue os itens subsequentes.

- 31 A Agenda Ambiental da Administração Pública estimula a promoção de ações pessoais que envolvam a identificação e a melhoria do local de trabalho do servidor, mas veda a adoção de práticas e atitudes que imprimam características pessoais na decoração do ambiente profissional.
- 32 A implementação de processo judicial eletrônico e a informatização dos processos e procedimentos administrativos são instrumentos da gestão sustentável de documentos, que buscam o consumo consciente de materiais e o combate ao desperdício.
- 33 No STJ, para a contratação de obras e a compra de materiais, devem-se seguir critérios de sustentabilidade ambiental que levem em conta o processo de extração, transporte, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, os quais não são exigidos para a contratação de serviços.
- 34 A Constituição Federal veda práticas desportivas que utilizem animais, mesmo que elas se deem no âmbito de manifestações culturais que integrem o patrimônio cultural brasileiro.
- 35 A administração pública federal, que abarca os órgãos do Poder Judiciário, poderá incluir no instrumento convocatório de suas contratações critérios e práticas sustentáveis, como a preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens que se seguem.

- 36 Por ser direito das pessoas com deficiência o acesso à justiça em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, os órgãos do Poder Judiciário devem dispor de, pelo menos, 5% de seu quadro de pessoal aptos ao uso e à interpretação da LIBRAS.
- 37 À pessoa com deficiência é garantido o direito ao trabalho de sua livre escolha e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe facultada a concorrência em concurso público pela reserva de vagas.
- 38 As escolas da rede privada de ensino são obrigadas a promover a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, podendo, para tanto, repassar os custos adicionais para os pais nas mensalidades, com o objetivo de garantir a adaptação do aluno com deficiência.
- 39 A pessoa com deficiência e sob curatela assiste o direito ao matrimônio.
- 40 O trabalho na modalidade *home office* é garantido preferencialmente aos servidores do Poder Judiciário com mobilidade comprometida, estando o órgão judiciário obrigado a utilizar esse sistema quando forem muito altos os custos para realizar adaptações e tornar as instalações físicas mais acessíveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos administrativos.

- 41 O ato administrativo praticado com desvio de finalidade pode ser convalidado pela administração pública, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- 42 No caso de vício de competência, cabe a revogação do ato administrativo, desde que sejam respeitados eventuais direitos adquiridos de terceiros e não tenha transcorrido o prazo de cinco anos da prática do ato.
- 43 São exemplos de atos administrativos normativos os decretos, as resoluções e as circulares.

Com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens seguintes.

- 44 Será cassada a aposentadoria voluntária do servidor inativo que for condenado pela prática de ato de improbidade administrativa à época em que ainda estava na atividade.
- 45 O auxílio-moradia poderá ser concedido a servidor público que resida com outra pessoa que receba o mesmo benefício.
- 46 Apesar de as instâncias administrativa e penal serem independentes entre si, a eventual responsabilidade administrativa do servidor será afastada se, na esfera criminal, ele for beneficiado por absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.
- 47 O servidor em estágio probatório não poderá afastar-se para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, ainda que com a perda total da remuneração.

No que se refere aos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 48 Não configurará excesso de poder a atuação do servidor público fora da competência legalmente estabelecida quando houver relevante interesse social.
- 49 O abuso de poder pode ocorrer tanto na forma comissiva quanto na omissiva, uma vez que, em ambas as hipóteses, é possível afrontar a lei e causar lesão a direito individual do administrado.
- 50 O poder de polícia consiste na atividade da administração pública de limitar ou condicionar, por meio de atos normativos ou concretos, a liberdade e a propriedade dos indivíduos conforme o interesse público.
- 51 A legislação autoriza a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, desde que tal avocação seja excepcional, temporária e esteja fundada em motivos relevantes devidamente justificados.
- 52 A aplicação da penalidade de multa a empresa privada, no contexto de contrato administrativo celebrado por inexigibilidade de licitação, tem fundamento no poder disciplinar da administração pública.

Em relação aos princípios aplicáveis à administração pública, julgue os próximos itens.

- 53 O servidor público que revelar a particular determinado fato sigiloso de que tenha ciência em razão das atribuições praticará ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública.
- 54 O princípio da proporcionalidade, que determina a adequação entre os meios e os fins, deve ser obrigatoriamente observado no processo administrativo, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- 55 A indicação dos fundamentos jurídicos que determinaram a decisão administrativa de realizar contratação por dispensa de licitação é suficiente para satisfazer o princípio da motivação.
- 56 Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é proibido que nova interpretação de norma administrativa tenha efeitos retroativos, exceto quando isso se der para atender o interesse público.

Considerando a legislação pertinente a licitação e contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 57 De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, o contrato administrativo deve ser escrito, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal celebrado com a administração pública.
- 58 Desde que o serviço seja de natureza singular, a contratação de empresa de notória especialização para realizar a capacitação de servidores públicos poderá ser feita por meio de dispensa de licitação.
- 59 É possível estabelecer margem de preferência adicional no caso de produtos manufaturados nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país.
- 60 O regime diferenciado de contratações públicas pode ser aplicado para a construção, a ampliação e a reforma de estabelecimentos penais.
- 61 A garantia da observância do princípio da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável são objetivos da licitação.

Julgue os itens a seguir, relativos à responsabilidade civil do Estado.

- 62 A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos abrange os danos morais e materiais.
- 63 Excetuados os casos de dever específico de proteção, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, devendo ser comprovados a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade.
- 64 As empresas prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente no caso de dolo.

No tocante ao controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 65 O Poder Judiciário deverá manter sistema de controle interno com a finalidade, entre outras, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de seus órgãos.
- 66 A supervisão ministerial exercida sobre as autarquias é exemplo de controle administrativo hierárquico.
- 67 O mandado de segurança e o *habeas data* são remédios constitucionais utilizados para a realização do controle judicial da administração pública, controle esse que pode ocorrer por provocação ou de ofício.

Com referência à evolução do modelo racional-legal para o paradigma pós-burocrático, julgue os itens a seguir.

- 68 Contrapondo-se à ideologia do formalismo e à recompensa pelo desempenho, características da boa administração burocrática, o paradigma gerencial fundamenta-se nos princípios da confiança e da capacitação permanente.
- 69 São princípios inerentes à administração pública burocrática: a impessoalidade, o formalismo e a hierarquia funcional.
- 70 O aparelho do Estado patrimonialista funcionava como uma extensão do poder do soberano e os servidores possuíam *status* de nobreza real.

Tendo em vista as convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue os itens que se seguem.

- 71 Tanto na gestão pública quanto na gestão privada é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.
- 72 Na gestão pública, o foco das ações é o cliente, indivíduo que manifesta seus interesses no mercado; na gestão privada, é o cidadão, membro da sociedade, que possui direitos e deveres.
- 73 Gestão para resultados e indicadores de desempenho são aplicáveis à gestão pública e à gestão privada.

Julgue os seguintes itens, relativos à gestão de clima e cultura organizacionais.

- 74 Na avaliação de clima organizacional, verifica-se a percepção, pelos empregados, da ausência ou da presença de determinados aspectos do ambiente organizacional.
- 75 Em uma cultura organizacional forte, os valores essenciais da organização são intensamente acatados e amplamente compartilhados pelos colaboradores.
- 76 Uma cultura organizacional forte aumenta a consistência do comportamento, funcionando como um complemento da formalização.

Com referência à gestão por competências, julgue os próximos itens.

- 77 A aplicação sinérgica de conhecimento, habilidades e atitudes no trabalho gera desempenho profissional.
- 78 O mapeamento de competências se propõe a identificar as lacunas de aprendizagem e os recursos para a concretização da estratégia organizacional.
- 79 As competências organizacionais essenciais são atributos da organização passíveis de serem imitados pela concorrência.

Julgue os itens subsequentes, relativos a qualidade de vida no trabalho.

- 80 Reconhecimento, responsabilidade e desenvolvimento profissional são fatores motivacionais que elevam a qualidade de vida no trabalho.
- 81 A conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações gera conflitos e reduz a produtividade da empresa.
- 82 Na implementação de programas de qualidade, não se podem descartar o papel da cultura e a mentalidade da organização.

Acerca do planejamento estratégico, julgue os seguintes itens.

- 83 O processo até se chegar à estratégia é predominantemente quantitativo, embasado no estabelecimento detalhado de dados.
- 84 O diagnóstico estratégico possibilita a identificação dos pontos fortes e fracos, assim como das fraquezas e das oportunidades das organizações.
- 85 Quando não forem atingidos os objetivos conforme o planejado, caberá ao gestor modificar as estratégias da empresa e a implementação destas.

Com relação a técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos, julgue os próximos itens.

- 86 O *brainstorming* é utilizado como técnica de melhoria de processos, pois facilita para os envolvidos as atividades de identificação do contexto e de diagnóstico da situação atual do negócio.
- 87 A identificação dos processos consiste em relacionar os processos da organização ou área funcional.
- 88 Considerada a primeira etapa da melhoria de processos, a normatização proporciona maior operacionalidade dos processos, pois, nela, são elaboradas as normas e fluxos bem como documentação de apoio.

Julgue os itens a seguir, referentes ao processo decisório.

- 89 Decisões táticas destinam-se a lidar com problemas de rotina, visando à execução de atividades.
- 90 No caso das decisões programadas, tomam-se por base julgamentos pessoais, uma vez que essas decisões são demandadas em condições nas quais o ambiente é estático, com um alto grau de certeza.
- 91 Decisões não programadas costumam caracterizar-se pelo risco e pela incerteza, razão por que demandam uma maior capacidade de análise e de posicionamento do gestor.

Com relação a características das organizações formais modernas; tipos de estrutura organizacional; natureza, finalidades e critérios de departamentalização, julgue os próximos itens.

- 92 A estrutura organizacional é a configuração vertical e horizontal de tarefas, autoridade e cargos, e sua representação é feita por meio da departamentalização.
- 93 A estrutura matricial prejudica a coordenação porque dificulta a comunicação e diminui a flexibilidade.
- 94 No desenvolvimento do processo de departamentalização, deve ser levado em consideração o clima da organização tanto na área formal quanto na informal.

sobre a
CARGA
de
candidato: [REDACTED] ANUAL

Acerca dos fundamentos de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 95 É vedada a inclusão de dotações orçamentárias destinadas a despesas correntes de propósitos distintos.
- 96 Os princípios da unidade e da universalidade são válidos, ainda que haja orçamentos diferentes no âmbito de cada ente da Federação.
- 97 O ciclo orçamentário começa a partir da mensagem presidencial que encaminha o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional.
- 98 A proposta orçamentária do Poder Legislativo deve ser apresentada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.
- 99 Se determinado órgão público elaborar um plano que envolva apenas sua área de atuação, esse plano deverá ser submetido ao sistema de planejamento e de orçamento federal.
- 100 A consequência legal da inclusão de uma despesa no orçamento público é diferente da consequência legal da inclusão de uma receita nesse orçamento.

A respeito dos principais mecanismos no planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 101 O órgão público que realizar operação de crédito por antecipação da receita orçamentária deverá liquidar essa operação antes do final do exercício financeiro.
- 102 A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes da Federação.
- 103 A identificação da localização do gasto público na estrutura programática é feita por meio do subtítulo.
- 104 É vedado alterar atributos dos créditos orçamentários sem autorização da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais.
- 105 A fonte de um indicador no plano plurianual constitui o conjunto de receitas que será utilizado para o programa temático.
- 106 Determinada alteração na legislação tributária somente poderá entrar em vigor depois de regularmente autorizada pela lei de diretrizes orçamentárias.

Com relação às técnicas de execução financeira e orçamentária, julgue os itens seguintes.

- 107 A verificação do cumprimento das metas fiscais durante o exercício financeiro depende da programação financeira.
- 108 A consulta aos tipos de eventos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) pode ser filtrada por parâmetros especiais que estão disponíveis para todos os usuários.
- 109 A descentralização de créditos orçamentários deve ser acompanhada da modificação da unidade orçamentária na classificação institucional.

Julgue os próximos itens, relativos a receita e despesa públicas.

- 110 A descentralização ou movimentação de créditos orçamentários integra a etapa de fixação da despesa pública.
- 111 Uma despesa que for regularmente inscrita em restos a pagar ao final do exercício financeiro terá de ser contabilizada como despesas de exercícios anteriores no exercício em que ocorrer o pagamento.
- 112 A dívida fundada deve ser registrada no passivo financeiro.
- 113 A proposta de aplicação de penalidades no caso de atraso de pagamento de determinada receita pública constitui procedimento estranho aos estágios de execução dessa receita.
- 114 Os créditos classificáveis na dívida ativa devem ser registrados no ativo de longo prazo até o seu recebimento ou cancelamento.
- 115 É vedada a utilização de recursos em finalidade distinta da especificada pelo código de fonte de recursos.

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal, julgue os itens subsequentes.

- 116 O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas prestadas anualmente pelo presidente da República está dispensado de divulgação nos meios eletrônicos de acesso público.
- 117 A receita corrente líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no exercício financeiro em curso até o mês de apuração, excluídas as duplicidades.
- 118 Se um órgão público alienar edifício de sua propriedade, os recursos obtidos com a alienação, bem como a destinação desses recursos, devem ser demonstrados em anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- 119 Se determinado ente da Federação emitir títulos para pagamento do principal da dívida mobiliária acrescido de atualização monetária, o montante da emissão integrará obrigatoriamente a dívida consolidada do ente.
- 120 Se o Senado Federal ultrapassar o limite individualizado de despesas definido pelo novo regime fiscal, a Câmara dos Deputados ficará proibida de promover alteração na estrutura de suas carreiras que implique aumento de despesa até o final do exercício em que as despesas do Senado Federal retornarem aos respectivos limites.

Nome do candidato: ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

CESPE | CEBRASPE – STJ – Aplicação

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- **Não será avaliado** o texto em cuja **Folha de Texto Definitivo** o candidato insira qualquer assinatura ou marca identificadora.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A prestação dos serviços pelos órgãos públicos é considerada, por grande parte da população, como muito lenta e de baixa qualidade. Em muitos casos, a pouca qualidade desses serviços está atrelada à questão orçamentária ou à incapacidade de organização do gestor administrativo, podendo, ainda, estar relacionada com a demanda excessiva exercida sobre certos órgãos e setores, como são os casos de órgãos prestadores de serviços nas áreas de saúde e justiça.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da busca pela excelência na prestação dos serviços públicos que responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Como melhorar a qualidade na prestação dos serviços públicos? [valor: 20,00 pontos]
- 2 Em que medida as técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos podem contribuir para a prestação de um serviço público de qualidade? [valor: 18,00 pontos]